



CRÍTICA LITERÁRIA: ESTÉTICA E POLÍTICA

Ivete Walty – PUC Minas/CNPq

Resumo: Reflexão sobre a produção acadêmica de João Luiz Lafetá sob a ótica da conjunção entre “projeto estético” e “projeto ideológico” que orienta seu livro *1930: a crítica e o modernismo* (2000). Considerando o lugar de enunciação de textos críticos do referido autor, pretende-se investigar alguns conceitos que delineiam sua postura crítica, intelectual e docente.

Palavras-chave: exercício crítico e intelectual, literatura, estética, política

Etimologicamente, a palavra crítica vem de *kriticós*, palavra grega cuja origem é *krino*, que significa “separar”, “quebrar”, e relaciona-se também à crise. Tal origem indicia a ideia de risco, de perigo, significação dada pelos dicionários, ao lado de “arte ou faculdade de julgar produções de caráter literário, artístico etc.” (CUNHA, 1987, p. 229).

Se se discorre sobre o ato de julgamento, as duas ideias se associam, na medida em que julgar implica assumir um lugar crítico, vulnerável, por mais que seja acentuada a pretensa objetividade buscada por aquele que avalia. Se assim é, a crítica é um ato intelectual e político e, como tal, um ato de intervenção no espaço público.

A partir do conceito de esfera pública cunhado por Habermas como mediadora entre as necessidades da sociedade e o Estado (2003, p. 41), acentue-se seu aspecto de espaço em que o significado e a unidade do social são negociados – ao mesmo tempo constituídos e colocados em risco. (Claude Lefort, apud Massey, 2008, p. 218). Nesse processo, estão contidos, pois, os termos crítica, crise e política.

Voltemo-nos, pois, para a palavra política, em sua relação com a Cidade/polis, entendida, no contexto grego, como a comunidade organizada, formada pelos cidadãos (no grego “*politikos*”), isto é, pelos homens nascidos no solo da cidade, livres e iguais, aqueles que exercem a civilidade (Cf. CHAÚÍ, 2001). Do adjetivo originado de *pólis* (*politikós*), política significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, tudo o que é urbano, civil, público, e até



mesmo sociável e social. Jean-Luc Nancy acentua que o político é inerente a uma comunidade sofrendo, conscientemente, a experiência de seu compartilhamento (*Apud* MASSEY, p. 219). Ora, esse compartilhamento se dá entre os homens, sobretudo, pela palavra.

Não sem razão, Hannah Arendt, associando discurso e ação, considera-os prerrogativa exclusiva do homem em seu exercício de viver com os outros. Diz a autora:

única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o homem, vivem na Terra e habitam o mundo.” – a condição humana de toda vida política. (ARENDT, 2001, p. 31).

Na equação aqui armada entra forçosamente o termo intelectual, termo este cunhado como substantivo justamente a partir da intervenção pública de Zola no caso Dreyfuss, que, com seu manifesto “J'accuse”, exerce aquilo que passa a caracterizar o ato intelectual: pensar em público, compartilhar idéias e posições políticas. Sem discutir mais detidamente tal relação, o que, de resto, já foi feito em artigo publicado¹, importa chamar a atenção para o papel político do crítico literário, em sua intervenção no espaço público através da palavra, mesmo que se considere a restrição do espaço de circulação do texto específico de uma área do conhecimento.

Esse ato político de pensar em público associa-se especialmente à figura que ora evocamos, João Luiz Lafetá, junto à de seu orientador e colega Antonio Candido.

Por isso mesmo, é imprescindível remeter-nos também a esse outro professor e crítico, cuja atividade marca-se por uma característica do intelectual moderno em sua função de buscar mudar o mundo, por meio da educação, com relevo especial para o lugar da literatura. Mais do que relembrar a atividade especificamente política de Candido, sobejamente conhecida na sociedade, ou pelo menos no meio acadêmico, importa salientar sua ação

¹ Ver: CURY, Maria Zilda e WALTZ, Ivete. Intelectual e espaço público. In: *Revista da Anpoll*, n.26, jul/dez. 2009, p. 221-232.



política através da crítica. A cada ensaio teórico, crítico, ou resenha, Candido marca seu lugar de enunciação com o selo da consciência dos direitos do homem, como bem expressa em “O direito à literatura”. Aí, o autor ressalta o aspecto de humanização afeito à função da literatura e afirma:

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto dela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. (CANDIDO, 2004, p.180).

Importante observar que, nesse ensaio, Candido alarga o conceito de literatura, para “todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações” (CANDIDO, 2004, p.174). Depois de discorrer sobre a literatura como um direito do homem, conclui:

Acabei de focalizar a relação da literatura com os direitos humanos de dois ângulos diferentes. Primeiro, verifiquei que a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e portanto nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade. Em segundo lugar, a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual. Tanto num nível quanto no outro ela tem muito a ver com a luta pelos direitos humanos. (CANDIDO, 1976, p.186).

Interessa-nos apontar no resumo feito, a relação entre literatura e sociedade que pauta toda a atividade acadêmica de Candido, com o cuidado de ratificar sempre o que já preconizara no livro *Literatura e sociedade*: os fatores externos não importam como causa ou significado, mas como



elementos constitucionais da estrutura da obra, portanto internos. (Cf. CANDIDO, 1976, p. 4).

A leitura da obra de Candido autoriza-nos a perceber um enunciador que ocupa o lugar de intelectual moderno em seu trânsito entre o individual e o coletivo, entre o afetivo e o metodológico², sempre em um movimento de “refletir em público”, partilhando os valores que julga válidos e humanos.

Nesse trânsito, nesse processo de partilha, inclui-se João Luiz Lafetá, intelectual, professor e crítico, que, além de uma atuação política específica, que lhe valeu problemas durante a ditadura, marca politicamente seu lugar de enunciação no exercício da crítica literária.

No livro *1930: a crítica e o modernismo* (2000) evidencia-se o lugar de fala do referido autor em seu papel político. Ao escolher como operador de leitura do movimento modernista o par projeto estético e projeto ideológico, Lafetá evidencia não apenas o papel político da literatura no contexto de transformações estéticas e conjunturais, mas também a lente utilizada para focar a literatura dos anos 20 e 30. Sim porque para falar da produção poética ou da crítica sobre ela, o autor não pode abrir mão de um foco, que, no caso, contém interseções com os do seu orientador, Antonio Candido. Não falamos de influência ou direcionamento, mas de confluências e interações. Isso porque, nas reflexões em pauta, há mais do que um texto, mas todo o processo que o cerca, em um jogo entre o dentro e o fora do texto como na banda de Moebius, em seu movimento de retomadas, de idas e vindas.

Ao discorrer sobre a relação dialética entre o projeto estético (“renovação dos meios, ruptura da linguagem tradicional”) e o projeto ideológico (“consciência do país, desejo e busca de uma expressão artística nacional, caráter de classe de suas atitudes e produções”) (Lafetá, 2000, p. 21), Lafetá imprime em seu texto linhas do pensamento do tempo da produção analisada e do tempo da escrita de seu texto. Veja-se, por exemplo, que, ao discutir a questão do lugar das artes negras e ameríndias em sua relação com a cultura branca de procedência europeia, o crítico faz a ponte entre o tempo

² Confirma-se o ensaio “Crítica e memória”, em *O albatroz e o chinês* (2004, p.33-42)



modernista e o seu, e, mais do que isso, antecipa os tempos atuais em seu esforço de reconhecer a produção cultural daquele dado como diferente, considerando sempre o lugar da margem.

Eixos como cosmopolitismo e provincianismo, vanguarda e tradição, continuidade e ruptura são atualizados na leitura feita, ao mesmo tempo em que se marcam pelas abordagens da época, com relevo para a perspectiva ideológica “em tempos de obscurantismo”, como assinala Arnoni na orelha do livro:

O aparecimento deste livro em 1974 foi um acontecimento notável para a nossa geração. Falo, é claro, de um tempo de escassa liberdade que só então, e lentamente, começava a se dissolver. Mas também de um tempo em que a moda, na crítica universitária e nas revistas e simpósios que a divulgavam, era falar das obras como se não houvesse autor, dos temas e dos argumentos como se não houvesse história, e da própria vida como se esta não passasse de um artifício sintático concebido para funcionar como armadilha inteligente no interior da lógica estrutural dos modelos actanciais então em vigor. (ARNONI, apud LAFETÁ, 2000)

Como observa Antonio Candido no prefácio do referido livro, a proposta textual de Lafetá é inovadora e oportuna no momento brasileiro em que vem a público. Importante sublinhar a diferença de abordagem de críticas anteriores e a senda aberta em relação aos estudos críticos, sobretudo no que se refere ao romance de 30.

Em função disso, o ensaio “O mundo à revelia”³ sobre o livro de Graciliano Ramos, *São Bernardo*, depois publicado no livro *A dimensão da noite* (2004) torna-se elemento básico na fortuna crítica do autor, a fomentar diálogos com a crítica brasileira.

No volumoso livro em que constrói a história do romance de 30, por exemplo, Luís Bueno, realça, citando Candido, a importância de sua função histórica e seu alcance social ao lado de sua densidade artística. (Bueno, 2009, p.17). Com o foco na questão do outro, dá destaque à obra de Graciliano

³ Texto escrito em 1974 que passa a acompanhar a obra de Graciliano Ramos desde então, seja como prefácio (Martins), seja como posfácio (Record)



Ramos com espaço para uma análise de *São Bernardo*, iniciada com uma referência ao antológico texto de Lafetá (BUENO, 2006, p.606). Recuperando a imagem de Paulo Honório como uma figura poderosa e dominadora como evidenciado por Lafetá, Luís Bueno relativiza tal inteireza, buscando imprimir em sua leitura o que seria uma rasura no narrador advinda de sua luta com ou contra o outro. Ocorre que Lafetá, discutindo Paulo Honório como uma construção textual, já apontara o corte operado no “homem empreendedor, dinâmico, dominador, obstinado” em sua relação com o ritmo narrativo. Tal corte pode ser constatado desde o título do ensaio “O mundo à revelia”, bem como com o subtítulo “Dínamo emperrado”. Sem usar a palavra “outro”, o crítico mostra como a construção narrativa, sobretudo no que se refere ao tempo, incorpora sim sua figura, quando, no universo da objetividade e da reificação, emerge a subjetividade. Ora, só existe a intersubjetividade; a presença do outro é essencial à construção do sujeito, como acentua Benveniste (1995).

É preciso salientar que a figura de Paulo Honório é lida no referido ensaio em sua relação com a entrada da modernidade no sertão brasileiro. Diz o autor:

(Paulo Honório) é o emblema complexo e contraditório do capitalismo nascente, empreendedor, cruel, que não vacila diante dos meios e se apossa do que tem pela frente, dinâmico, transformador. (Lafetá, 2004, p.81)

Cita, então, Carlos Nelson Coutinho que vê a primeira parte do romance como a construção do burguês na sociedade brasileira. Desmanchando a tessitura narrativa do romance para melhor analisá-la, Lafetá aponta a crise inerente ao capitalismo focada por Graciliano Ramos. Por isso mesmo, mostra a modificação da sintaxe narrativa justamente quando Paulo Honório perde o controle do mundo.

Mas o dínamo não pode existir indefinidamente. Mais do que uma esperança, sua destruição é uma possibilidade concreta e próxima. Seu mecanismo sujeita-se ao desgaste e ao esgotamento, suas possibilidades de gerar transformação têm um limite. As peças que o compõem não são totalmente harmônicas, no seu corpo acham-se instaladas contradições que



podem a qualquer instante emperrá-lo e tirar-lhe o governo do mundo". (Lafetá, 2004, p.89)

Observe-se como, no texto, passa-se do objeto à pessoa, invertendo a relação proposta no início do livro que toma as pessoas como objetos. A teoria marxista subjacente à leitura empreendida por Lafetá advém justamente de sua preocupação com o outro. É verdade que o crítico não evidencia que a relação com Madalena opera um corte no narrador fazendo-o incorporar em si o outro que ele ignorava ou buscava anular⁴. Ao realçar a contradição instalada na construção das personagens e da sintaxe narrativa, bem como no jogo entre enunciado e enunciação, aponta, no entanto, para a problematização que move o romance:

(...), no instante em que o tempo da enunciação começa a ser representado, notamos imediatamente a infiltração dos signos da subjetividade, a irrupção do monólogo interior, o abalo do ponto de vista pseudo-onisciente. (Lafetá, 2004, p.99)

Podemos acrescentar que, paradoxalmente, na irrupção do monólogo interior é que se processa explicitamente o movimento dialógico do texto, pois é na voz do ser quebrado que se intromete o contraponto da fala do outro. Por isso mesmo, no plano da enunciação do romance de Graciliano Ramos, a derrota de Paulo Honório não seria a vitória da reificação, mas a alegoria de sua fratura, ou pelo menos da possibilidade de sua fratura. Mais do que discutir o romance, no entanto, o que importa é apontar o exercício crítico levado a cabo por Lafetá, realçando seu aspecto político, que vai da escolha do romance a ser analisado, à proposta de leitura, passando pelo quadro-teórico-metodológico adotado.

Evidencia-se em seu texto a marca das teorias utilizadas para ler o livro e o mundo. Assim, no diálogo com outros críticos e historiadores da literatura (Antonio Candido e Nelson Werneck Sodré), em seu uso de teorias literárias e sociológicas (Frye, Lukács e Adorno), delineia-se o lugar de fala do crítico em sua relação com o outro social.

⁴ A esse respeito ver Walty, 1998.



Essa disposição para o outro que caracteriza seu exercício crítico e intelectual, registre-se agora em primeira pessoa do singular, o levou a receber minha proposta de tese, sobre narrativas indígenas por um cacique Cinta-larga, compartilhando o lugar de risco que isso implicava na época (entre anos 80 e 90), face à questão do valor e da qualidade, que mobiliza até hoje o meio crítico-acadêmico. Essa generosidade, que não implicava que a qualidade fosse descurada, me permitiu frequentar, acadêmica e afetivamente, um lugar de partilha e troca, construindo caminhos móveis, como queria Pichuvy Cinta-larga: “Só caminho-picada (CINTA-LARGA, 1988, p.119).” Nesses caminhos cabem as atividades crítica e política, dois traços da banda de Moebius, sem deixar de lado a ética, elementos balizadores da vida de João Luiz Lafeté.

Por isso, juntando-me àqueles que fazem parte dessa corrente, de que Lafeté é elo constituinte, a ele presto, mais que homenagem, vassalagem.

Referências

- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. 10^a ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- ARISTÓTELES. Política. In: *Os pensadores*. 15^a ed. Trad. Nestor Silveira Chaves. São Paulo: Nova cultural, 1999.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral I*. 5^a ed. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Fontes, 1995.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2006.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Nacional, 1976.
- CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004a, p.169-191.
- CANDIDO, Antonio. Crítica e memória. *O albatroz e o chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004b, p.33-42.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2001.
- CINTA-LARGA, Pichuvy. *Histórias de maloca antigamente*. Belo Horizonte: Segrac/Cimi, 1988. (Organização de Ana Leonel, Leda Leonel e Ivete Walty)



CUNHA, Antônio Geraldo da. Crítico. In: *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982, p.229.

CURY, Maria Zilda e WALTY, Ivete. Intelectual e espaço público. In: *Revista da Anpoll*, Belo Horizonte, n.26, jul/dez. 2009, p.221-232.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2ª. Ed.Trad. Flavio Köthe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2000.

LAFETÁ, João Luiz. *A dimensão da noite*. São Paulo: Duas cidades/Ed. 34, 2004.

LEFEBVE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

WALTY, Ivete Lara Camargos. Graciliano Ramos: escrito a mão. In: *Jornal Muito mais*. São Paulo: Editora Muito +, maio/junho/1998, p. 33.

Ivete Lara Camargos Walty, doutora em Literatura Comparada e Teoria Literária pela USP, com pós-doutorado na Universidade de Ottawa, Canadá. É professora do Programa de Pós-graduação em Letras da PUC Minas. Professora aposentada da Faculdade de Letras da UFMG, é pesquisadora nível 1 D do CNPq. No momento, acaba de preparar o livro *Da rua: sujeitos e objetos* e desenvolve o projeto "Literatura Comparada e polis: rotas alternativas". Autora de *Corpus rasurado: exclusão e resistência na narrativa urbana (Autêntica)* e *O que é ficção* (Brasiliense); publicou ainda outros livros, em co-autoria, na área de ensino da literatura e da leitura. Entre capítulos de livros e artigos em periódicos nacionais e internacionais, encontra-se "Journaux de rue: espaces entrecroisés", no livro *Mobilités culturelles*, organizado por Pascal Gin e Walter Moser (Presses de Université d'Ottawa, 2011).